



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

Concurso Público para Provedimento de Cargos de Subprocurador

P R O V A

Conhecimentos Específicos I

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A conceituação de Constituição como “a soma dos fatores reais do poder que regem nesse País”, atribuída a Lassalle, indica, segundo a doutrina, uma concepção de Constituição no sentido
 - (A) sociológico.
 - (B) jurídico.
 - (C) político.
 - (D) axiológico ou normativo.
 - (E) instrumental ou estrutural.
2. Conforme a doutrina brasileira predominante, nos sistemas de constituição rígida, as normas constitucionais programáticas
 - (A) são normas jurídicas, sempre dotadas de plena eficácia jurídica.
 - (B) não configuram normas jurídicas, caracterizando apenas, pelo seu alto teor de abstração, princípios constitucionais.
 - (C) são normas jurídicas, dotadas de pelo menos um mínimo de eficácia jurídica.
 - (D) são normas de conteúdo concreto, completas quanto ao seu enunciado e dotadas de incontrastável juridicidade, embora não suscetíveis de imediata aplicação.
 - (E) são, a um só tempo, princípios e normas constitucionais, suscetíveis sempre de imediata aplicação e dotadas de incontrastável juridicidade.
3. A existência das chamadas “cláusulas pétreas” e de um procedimento especial de alteração formal, em uma Constituição, implica a noção de
 - (A) distinção entre o Poder Constituinte Originário e o Poder Constituinte Derivado, a existência de uma Constituição rígida e a inviabilidade de qualquer mudança formal ou informal da Constituição.
 - (B) uma Constituição super-rígida ou dotada de superlegalidade, obra de um Poder Constituinte Originário axiologicamente limitado.
 - (C) um Poder Constituinte Originário e de um Poder Constituinte Derivado juridicamente limitados.
 - (D) uma Constituição flexível, na medida em que tudo o que não configurar “cláusula pétrea” pode sofrer alteração formal pelo Poder Constituinte Derivado.
 - (E) conseqüente distinção entre Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado, este submetido a limites materiais e formais.
4. O “povo” ou a “nação”, segundo as diferentes doutrinas sobre o Poder Constituinte Originário, constituem seus
 - (A) representantes.
 - (B) titulares.
 - (C) agentes.
 - (D) veículos.
 - (E) meios de expressão.
5. O bicameralismo federativo clássico, em que a Segunda Câmara ou Câmara Alta representa paritariamente os Estados-Membros da Federação, esteve presente nas constituições brasileiras, salvo na de
 - (A) 1824, quando o Senado tinha feição de órgão moderador de poderes.
 - (B) 1891, quando o Brasil adotou o federalismo dualista.
 - (C) 1934, quando o Senado passou a ser um órgão de colaboração da Câmara de Deputados.
 - (D) 1946, quando a representação da Câmara dos Deputados era escolhida pela Assembléia Legislativa do Estado-Membro.
 - (E) 1967, quando o Brasil adotou um federalismo dito de integração.
6. Considerando o sistema constitucional brasileiro, é correto afirmar que o princípio da hierarquia das normas implica a noção de que
 - (A) para ter validade e eficácia, a lei inferior deve estar conforme às leis infraconstitucionais superiores.
 - (B) uma norma fundada diretamente na Constituição pode ser classificada como primária ou secundária.
 - (C) a lei complementar federal é, sempre, hierarquicamente superior à Constituição Estadual e às leis estaduais e municipais.
 - (D) todos os atos de todos os poderes públicos devem estar em conformidade com a Constituição.
 - (E) a lei municipal é sempre hierarquicamente inferior à lei estadual.
7. É correto afirmar que, segundo a Constituição brasileira e a legislação em vigor, a arguição de descumprimento de preceito fundamental configura exercício de controle de constitucionalidade
 - (A) de competência originária do Supremo Tribunal Federal, pode ser provocado pelos legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade e a decisão proferida tem eficácia contra todos e efeitos vinculantes relativamente aos demais órgãos do Poder Público.
 - (B) difuso, pode ser provocado por qualquer pessoa lesada por ato do Poder Público que venha a ferir qualquer preceito fundamental e a decisão proferida tem eficácia contra todos e efeitos vinculantes para os demais órgãos do Poder Judiciário e para o Poder Executivo.
 - (C) destinado a evitar ou a reparar lesão a direito fundamental provocada por ato de qualquer dos poderes públicos, pode ser provocado pelo lesado ou pelos legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade e a decisão produz efeitos contra todos e vinculantes, inclusive para o Poder Legislativo.
 - (D) concentrado, pode ser provocado pelo lesado por ato do Poder Público ou pelos legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade e a decisão proferida produz efeitos contra todos e vinculantes somente para os órgãos do Poder Judiciário.
 - (E) misto, pode ser provocado pelo lesado ou pelo Procurador-Geral da República, perante qualquer juiz ou tribunal ou perante o Supremo Tribunal Federal, e a decisão proferida tem efeitos *inter partes* ou *erga omnes*, conforme o caso.

<p>8. É correto afirmar que, ante a legislação em vigor,</p> <p>(A) atos anteriores à Constituição são considerados revogados, por incompatibilidade material, e não podem se submeter a qualquer tipo de controle de constitucionalidade.</p> <p>(B) lei municipal e atos anteriores à Constituição podem ser objeto de controle abstrato pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(C) lei municipal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(D) decreto normativo federal somente pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(E) lei e ato normativo estadual, no plano federal, somente podem ser objeto de controle concentrado perante o Superior Tribunal de Justiça.</p>	<p>11. Segundo a Constituição brasileira em vigor, o Distrito Federal, dentre outros pontos, se assemelha aos Estados-Membros porque</p> <p>(A) tem as mesmas competências legislativas reservadas e concorrentes e os deputados distritais gozam das mesmas imunidades aplicadas aos deputados estaduais.</p> <p>(B) goza de autonomia e tem expressa competência constitucional para dispor, em lei própria, sobre o auto-governo e a organização judiciária e do Ministério Público distrital.</p> <p>(C) tem competência para instituir tributos, inclusive o IPVA, o IPTU e o IPTR.</p> <p>(D) tem representação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e expressa competência constitucional para legislar, mediante autorização, sobre as matérias de competência privativa da União.</p> <p>(E) todas as leis distritais, sem exceção, se submetem aos controles difuso e concentrado de constitucionalidade, este perante o Supremo Tribunal Federal.</p>
<p>9. É da índole do federalismo clássico a</p> <p>(A) descentralização territorial do poder.</p> <p>(B) autonomia constitucional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) participação de todos os entes federativos no produto de quaisquer receitas tributárias arrecadadas no Estado Federal.</p> <p>(D) hierarquia das leis estaduais sobre as leis federais.</p> <p>(E) adoção do critério de repartição vertical de competências legislativas entre a União e os Estados-Membros.</p>	<p>12. São características jurídicas do sistema presidencialista de governo a</p> <p>(A) atribuição da Chefia de Estado e da Chefia de Governo a um órgão unipessoal.</p> <p>(B) faculdade de o Presidente da República legislar autonomamente.</p> <p>(C) adoção do princípio da eleição direta do Presidente da República.</p> <p>(D) nomeação de juizes e membros do Poder Judiciário pelo Chefe do Poder Executivo.</p> <p>(E) a predominância política do Presidente da República.</p>
<p>10. A intervenção federal nos Estados, para o fim de assegurar a prestação de contas da administração pública direta,</p> <p>(A) depende de solicitação do Tribunal de Contas do Estado e do Procurador-Geral da República, tendo o Presidente da República poder discricionário para decretá-la.</p> <p>(B) depende de requisição do Procurador-Geral da República, tendo o Presidente da República o poder-dever vinculado de decretá-la.</p> <p>(C) depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, que necessariamente obriga a expedição, pelo Presidente da República, do decreto de intervenção.</p> <p>(D) independe de qualquer solicitação ou provocação, cabendo ao Presidente da República decretá-la ou não, conforme poder discricionário de que dispõe.</p> <p>(E) depende, sempre, de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, facultado ao Presidente da República, se for o caso, apenas expedir decreto suspendendo o ato impugnado.</p>	<p>13. É correto afirmar que, segundo a doutrina, o parlamentarismo, como sistema de governo, é chamado de</p> <p>(A) dualista, quando apenas dois partidos políticos disputam os postos eletivos do Parlamento, dentre cuja maioria é indicado o Primeiro Ministro.</p> <p>(B) monista, quando o gabinete toma, em conjunto, todas as decisões políticas fundamentais.</p> <p>(C) dualista, quando o gabinete é formado por um Primeiro Ministro e um Ministério por ele composto, mediante prévia aprovação do Parlamento.</p> <p>(D) monista, porque a responsabilidade política pode conduzir à queda de todo o gabinete ministerial a um só tempo.</p> <p>(E) dualista, quando o gabinete de ministros é fundado em dupla confiança: a do rei ou do presidente e a do parlamento.</p> <p>14. Os princípios da anterioridade e da legalidade tributária são limitações constitucionais ao poder de tributar que</p> <p>(A) incidem, sem exceção, sobre a instituição de todos os tributos, de todos os entes federativos.</p> <p>(B) incidem, sem exceção, sobre medidas provisórias que instituem impostos da União.</p> <p>(C) incidem, sem exceção, sobre leis estaduais e municipais instituidoras de tributos.</p> <p>(D) não incidem, sem exceção, sobre a criação de taxas ou contribuições de melhoria por qualquer ente federativo.</p> <p>(E) incidem, sem exceção, sobre a instituição de alíquotas mínimas e máximas sobre operações que envolvam interesses dos Estados.</p>

<p>15. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal é constituído de percentual do produto</p> <p>(A) dos impostos federais, estaduais e municipais.</p> <p>(B) de todos os tributos arrecadados pela União.</p> <p>(C) apenas do imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza.</p> <p>(D) da arrecadação da União sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.</p> <p>(E) apenas dos impostos sobre a exportação, rendas e proventos de qualquer natureza e a propriedade territorial rural.</p>	<p>18. Ante as normas constitucionais em vigor, é correto afirmar que</p> <p>(A) as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados e que a deliberação sobre o respectivo mérito, pelas casas congressuais, dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.</p> <p>(B) os projetos de lei complementar sempre terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados e que as leis complementares somente poderão ser aprovadas pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.</p> <p>(C) o veto, a medida provisória e os projetos de lei complementar somente poderão ser aprovados por maioria qualificada dos membros do Congresso Nacional, em sessão conjunta.</p> <p>(D) todas as deliberações do Congresso Nacional ou de suas Casas serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos dos membros de cada Casa.</p> <p>(E) dentre outras limitações constitucionais expressas, não poderão ser objeto de delegação ou de medida provisória a instituição de tributos, a criação e extinção de Ministérios e de cargos públicos, o direito processual penal e o direito processual civil.</p>
<p>16. Ante a consagração, na Constituição brasileira em vigor, dos princípios constitucionais relativos à Administração Pública, é possível afirmar que</p> <p>(A) o princípio da discricionariedade administrativa foi suprimido.</p> <p>(B) o controle jurisdicional dos atos administrativos alargou-se.</p> <p>(C) a motivação dos atos administrativos passou a ser princípio constitucional expresso.</p> <p>(D) os atos administrativos “ultra” ou “extra” “legem” são, sempre, inconstitucionais.</p> <p>(E) tais princípios não incidem sobre quaisquer atos praticados pelos Tribunais de Contas da União e dos Estados, visto que estes órgãos constitucionais não se inserem nos quadros da Administração Pública.</p>	<p>19. Consoante estabelece expressamente a Constituição Federal, em caso de ilegalidade de despesa, o Tribunal de Contas da União</p> <p>(A) não poderá aplicar quaisquer sanções, salvo multa.</p> <p>(B) poderá executar suas próprias decisões, que impliquem imputação de multa, independentemente de previsão legal.</p> <p>(C) poderá aplicar aos responsáveis sanções, inclusive multa proporcional ao dano causado ao erário público, desde que previstas em lei.</p> <p>(D) somente poderá aplicar sanções após aprovação do Congresso Nacional.</p> <p>(E) deverá, no caso de aplicação de quaisquer sanções, inclusive a multa, solicitar ao Poder Público competente as providências cabíveis.</p>
<p>17. A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á</p> <p>(A) exclusivamente pelo Presidente do Senado Federal, a quem caberá estabelecer, previamente, a pauta para a sessão legislativa extraordinária.</p> <p>(B) exclusivamente pelo Congresso Nacional ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas congressuais, e na sessão legislativa extraordinária somente será objeto de deliberação a matéria para a qual foi convocado o Congresso Nacional.</p> <p>(C) exclusivamente pelo próprio Congresso Nacional que, na sessão legislativa extraordinária, deliberará somente sobre a matéria para a qual foi feita a convocação, com exceção dos vetos e das medidas provisórias em vigor, que serão automaticamente incluídos na pauta.</p> <p>(D) pelo Presidente da República e pelo próprio Congresso Nacional, e na sessão legislativa extraordinária o Congresso Nacional poderá deliberar sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvados os projetos presidenciais em regime de urgência.</p> <p>(E) dentre outros, pelo Presidente da República e na sessão legislativa extraordinária deverá ser incluída, na pauta, automaticamente, a medida provisória que estiver em vigor.</p>	<p>20. Dentre os direitos fundamentais cuja observância, pelo Tribunal de Contas de Sergipe, é expressamente determinada por normas da Constituição do Estado de Sergipe, se encontra o respeito às garantias processuais que implicitamente se reportam ao princípio</p> <p>(A) da moralidade administrativa.</p> <p>(B) do devido processo legal, em seu sentido subjetivo.</p> <p>(C) da legalidade.</p> <p>(D) do devido processo legal, em seu sentido processual.</p> <p>(E) da igualdade.</p>

<p>21. Ante a Constituição do Estado de Sergipe e a legislação complementar pertinente, ao Procurador-Geral, chefe do Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado, compete</p> <p>(A) promover a defesa da ordem jurídica, requerendo, perante o Tribunal de Contas do Estado, as medidas de interesse da justiça, da Administração e dos erários estadual e municipal.</p> <p>(B) promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social.</p> <p>(C) instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo, dentre outras providências, requerer informações, exames e perícias de autoridades municipais e estaduais da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções investigatórias.</p> <p>(D) interpor, perante o Tribunal de Justiça do Estado, revisão e rescisão dos julgados do Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(E) promover, perante o Tribunal de Justiça do Estado, a ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal ofensivo ao princípio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial, fixado pela Constituição Estadual.</p>	<p>24. Consoante expressa disposição constitucional, em matéria de competência concorrente,</p> <p>(A) os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios podem legislar, ante a inexistência da lei federal estabelecendo normas gerais sobre a matéria.</p> <p>(B) somente os Estados poderão ser autorizados, mediante lei complementar, a legislar sobre questões específicas relativas às matérias compreendidas nessa competência.</p> <p>(C) os Estados e o Distrito Federal não podem, em qualquer caso, legislar sobre a matéria compreendida nessa competência.</p> <p>(D) os Estados podem, em qualquer caso, legislar plenamente sobre questões específicas compreendidas nessa competência.</p> <p>(E) os Estados e o Distrito Federal, mediante lei delegada, podem legislar plenamente sobre a matéria compreendida nessa competência.</p>
<p>22. Conforme dispõe a Constituição Federal, a recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa fixada em lei pode acarretar a</p> <p>(A) cassação de direitos políticos.</p> <p>(B) suspensão de direitos individuais.</p> <p>(C) perda de direitos políticos.</p> <p>(D) cassação de direitos fundamentais.</p> <p>(E) perda, a suspensão ou a cassação de direitos políticos e fundamentais, conforme o caso.</p>	<p>25. A Constituição brasileira em vigor, no tocante a competências tributárias, discrimina, de modo expresso, as competências dos entes federativos, reserva a competência residual para a União e determina a partilha do produto de receitas tributárias entre as entidades federativas. Ante tal constatação, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Constituição adota, em matéria tributária, exclusivamente a técnica de repartição horizontal de competências.</p> <p>(B) a Constituição adota o federalismo cooperativo.</p> <p>(C) com a partilha de tributos, a autonomia dos Estados foi fortalecida e a da União e dos Municípios reduzida.</p> <p>(D) a Constituição adota o federalismo de integração.</p> <p>(E) a Constituição adota o federalismo dualista.</p>
<p>23. Segundo jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, direitos instituídos por tratados internacionais, ratificados pelo Congresso Nacional e integrados ao ordenamento jurídico pátrio por decreto presidencial, têm a hierarquia de</p> <p>(A) lei ordinária, apenas em sentido material, e não revogam as leis ordinárias anteriores sobre a mesma matéria.</p> <p>(B) norma constitucional e revogam quaisquer normas anteriores incompatíveis, inclusive as normas constitucionais.</p> <p>(C) lei complementar à Constituição, e somente revogam leis de hierarquia inferior.</p> <p>(D) norma constitucional mas não revogam as normas constitucionais anteriores sobre o assunto, ainda que incompatíveis com as normas do tratado.</p> <p>(E) lei ordinária e revogam a lei ordinária anterior, incompatível com as normas do tratado.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>26. O princípio da impessoalidade, próprio do Direito Administrativo, é concebido pelos doutrinadores brasileiros por pontos de vista diversos, mas compatíveis e complementares. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma adequada compreensão do princípio da impessoalidade.</p> <p>(A) Os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário.</p> <p>(B) O administrador fica impedido de buscar outro objetivo que não o atendimento do interesse público, ou de praticar atos no interesse próprio ou de terceiros.</p> <p>(C) Os atos praticados culposamente por agentes administrativos, no exercício de sua função, geram responsabilidade à Administração, não acarretando responsabilidade pessoal do agente.</p> <p>(D) A Administração tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimen-tosas; o princípio em causa não é senão o próprio princípio da igualdade ou isonomia.</p> <p>(E) Busca-se, desse modo, que predomine o sentido de função, isto é, a idéia de que os poderes atribuídos finalizam-se ao interesse de toda a coletividade, portanto a resultados desconectados de razões pessoais.</p>

<p>27. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a inclusão, no objeto da licitação, de recursos financeiros para sua execução é</p> <p>(A) permitida.</p> <p>(B) vedada, exceto no caso de aquisições.</p> <p>(C) vedada, exceto no caso de reformas executadas sob o regime de empreitada por preço global.</p> <p>(D) vedada, exceto no caso de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão.</p> <p>(E) vedada, sem exceções.</p>	<p>31. O recebimento definitivo do objeto de um contrato pela Administração</p> <p>(A) não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança no caso de obra ou serviço.</p> <p>(B) exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança no caso de obra, mas não no de serviço.</p> <p>(C) exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança no caso de serviço, mas não no de obra.</p> <p>(D) exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança no caso de obra ou serviço.</p> <p>(E) apenas exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança, no caso de obra ou serviço, se tiver sido precedido por recebimento provisório.</p>
<p>28. O fato de, em uma licitação sob a modalidade convite, acudir apenas 1 (um) interessado</p> <p>(A) não impede a seqüência regular do procedimento.</p> <p>(B) a torna fracassada, ensejando a contratação mediante dispensa de licitação.</p> <p>(C) a torna fracassada, mas não enseja a dispensa de licitação para contratar.</p> <p>(D) a torna deserta, ensejando a contratação mediante dispensa de licitação.</p> <p>(E) a torna deserta, mas não enseja a dispensa de licitação para contratar.</p>	<p>32. Nos termos da Lei nº 8.666/93, a pré-qualificação dos licitantes</p> <p>(A) não é possível.</p> <p>(B) somente é possível na modalidade convite.</p> <p>(C) somente é possível na modalidade tomada de preços.</p> <p>(D) somente é possível nas modalidades convite e tomada de preços.</p> <p>(E) é compatível com a modalidade concorrência.</p>
<p>29. Um órgão da Administração Pública, ao elaborar seu registro cadastral, estabelece que sua validade é de 2 (dois) anos, devendo ser atualizado no mínimo anualmente através de chamamento público; prevê ainda a possibilidade de utilização de registros cadastrais de outros órgãos da Administração Pública. Nesse caso,</p> <p>(A) não há irregularidades nos aspectos apontados.</p> <p>(B) há irregularidade no prazo de validade.</p> <p>(C) há irregularidade na periodicidade de atualização.</p> <p>(D) há irregularidade na previsão de utilização de registros de outros órgãos.</p> <p>(E) há irregularidades em todos os aspectos apontados.</p>	<p>33. A Constituição Federal estabelece, como regra, que os serviços públicos podem ser executados por particulares mediante concessão ou permissão. NÃO é exemplo de atividade que se enquadre nesse regime jurídico, no plano constitucional,</p> <p>(A) o aproveitamento energético dos cursos de água.</p> <p>(B) a navegação aeroespacial.</p> <p>(C) o ensino.</p> <p>(D) o transporte ferroviário.</p> <p>(E) o transporte aquaviário entre portos brasileiros.</p>
<p>30. É ilegal uma cláusula, em um contrato administrativo para a realização de obra, estabelecendo</p> <p>(A) que cabe ao contratado a opção por uma das modalidades de garantia arroladas na lei.</p> <p>(B) a possibilidade de prorrogação dos prazos de conclusão, no caso de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, mantidos o equilíbrio econômico-financeiro e as demais cláusulas.</p> <p>(C) a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.</p> <p>(D) a possibilidade de prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, no caso de alteração do projeto pela Administração, mantidos o equilíbrio econômico-financeiro e as demais cláusulas.</p> <p>(E) que o foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da sede do contratado, independentemente do local da sede da Administração.</p>	<p>34. Considerando-se a organização administrativa brasileira, há relação de hierarquia entre</p> <p>(A) um Ministro do Supremo Tribunal Federal e um Ministro do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(B) um Senador e um Deputado Federal.</p> <p>(C) um Governador de Estado e um Prefeito Municipal.</p> <p>(D) o Presidente da República e um Ministro de Estado.</p> <p>(E) um Presidente de Assembléia Legislativa e um Presidente do Tribunal de Justiça do mesmo Estado.</p> <p>35. É regra própria do regime constitucional de uma sociedade de economia mista que exerça atividade econômica a</p> <p>(A) não incidência da obrigatoriedade de licitação para contratar obras, serviços, compras e alienações.</p> <p>(B) não sujeição ao controle pelo Tribunal de Contas.</p> <p>(C) sujeição ao regime próprio das empresas privadas quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas.</p> <p>(D) possibilidade de gozo de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.</p> <p>(E) não incidência da obrigatoriedade de realização de concurso público para contratação de seus empregados.</p>

<p>36. Nos termos da Lei nº 8.987/95, em matéria de concessão de serviços públicos, a subconcessão é</p> <p>(A) vedada.</p> <p>(B) admitida nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente e precedida de concorrência.</p> <p>(C) admitida, independentemente de licitação, mas exigindo-se autorização legislativa específica.</p> <p>(D) admitida, nos termos previstos no contrato de concessão, independentemente de autorização pelo poder concedente e de licitação.</p> <p>(E) admitida, desde que autorizada pelo poder concedente, independentemente de previsão contratual e de licitação.</p>	<p>40. Quanto à sua exeqüibilidade, as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa</p> <p>(A) terão eficácia de título executivo.</p> <p>(B) terão apenas eficácia de recomendação ao Poder Legislativo.</p> <p>(C) terão apenas eficácia de recomendação ao Poder Executivo.</p> <p>(D) poderão ser executadas somente após sua aprovação pelo chefe do Poder Executivo.</p> <p>(E) poderão ser executadas somente após sua aprovação pelo órgão do Poder Judiciário competente em cada caso.</p>
<p>37. No exercício de seu poder regulamentar, cabe ao chefe do Poder Executivo federal</p> <p>(A) sancionar leis cujos projetos foram aprovados pelo Congresso Nacional.</p> <p>(B) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.</p> <p>(C) celebrar tratados e convenções internacionais.</p> <p>(D) expedir decretos para a execução das leis.</p> <p>(E) decretar e executar a intervenção federal.</p>	<p>41. É de competência do Tribunal de Contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração. Configuram exceção a essa regra as</p> <p>(A) contratações de empregados pelas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.</p> <p>(B) nomeações para cargo de provimento em comissão.</p> <p>(C) contratações de empregados pelas sociedades de economia mista.</p> <p>(D) contratações de empregados pelas empresas públicas.</p> <p>(E) nomeações para cargo de provimento efetivo em autarquias de regime especial.</p>
<p>38. As terras devolutas não compreendidas entre as da União são</p> <p>(A) <i>res nullius</i>, podendo ser adquiridas por ocupação.</p> <p>(B) <i>res nullius</i>, podendo ser adquiridas por usucapião.</p> <p>(C) bens dos Estados, podendo ser adquiridas por ocupação.</p> <p>(D) bens dos Estados, podendo ser adquiridas por usucapião.</p> <p>(E) bens dos Estados, sujeitas à imprescritibilidade.</p>	<p>42. O desfazimento de um ato administrativo discricionário, em razão da constatação de desvio de finalidade, caracteriza-se como</p> <p>(A) anulação, de competência exclusiva do Poder Judiciário.</p> <p>(B) revogação, de competência exclusiva da Administração.</p> <p>(D) anulação, de competência exclusiva da Administração.</p> <p>(D) revogação, de competência tanto do Poder Judiciário, como da Administração.</p> <p>(E) anulação, de competência tanto do Poder Judiciário, como da Administração.</p>
<p>39. Conforme norma da Constituição Federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. É finalidade estranha a esse controle interno</p> <p>(A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.</p> <p>(B) rever os atos praticados pelo órgão incumbido do controle externo.</p> <p>(C) avaliar a execução dos programas de governo e dos orçamentos.</p> <p>(D) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração.</p> <p>(E) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.</p>	<p>43. Uma empresa pública que preste serviço público, uma sociedade de economia mista que exerça atividade econômica e uma empresa privada que preste serviço público, por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, terão responsabilidade, respectivamente,</p> <p>(A) objetiva, objetiva e objetiva.</p> <p>(B) subjetiva, subjetiva e subjetiva.</p> <p>(C) objetiva, subjetiva e subjetiva.</p> <p>(D) objetiva, subjetiva e objetiva.</p> <p>(E) subjetiva, objetiva e subjetiva.</p> <p>44. É característica do regime estabelecido pela Constituição Federal para a remuneração por subsídio</p> <p>(A) sua não sujeição ao teto remuneratório que tem por parâmetro o subsídio mensal em espécie dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) ser a forma remuneratória própria dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.</p> <p>(C) ser este fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.</p> <p>(D) sua adoção ser optativa por parte do agente público.</p> <p>(E) ser este fixado ou alterado por decreto.</p>

<p>45. A vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público</p> <p>(A) é vedada constitucionalmente.</p> <p>(B) só é cabível entre funções iguais ou assemelhadas de Poderes diversos.</p> <p>(C) só é cabível entre cargos de provimento efetivo, independentemente do Poder a que pertençam.</p> <p>(D) só é cabível entre funções de confiança, independentemente do Poder a que pertençam.</p> <p>(E) só é cabível dentro da estrutura de um mesmo Poder.</p>	<p>48. Dentre os vários princípios orçamentários, que devem ser observados pela Administração Pública, destaca-se o princípio</p> <p>(A) da anterioridade, segundo o qual as previsões de receita e despesa devem se referir a um período limitado de tempo, ou seja, período de um ano, denominado exercício fiscal, o qual não coincide com o ano civil.</p> <p>(B) orçamentário da não-afetação, segundo o qual o orçamento deve conter apenas matéria orçamentária e não deverá cuidar de assuntos estranhos ao orçamento.</p> <p>(C) da universalidade, consagrado na Constituição Federal, que impede a criação de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários.</p> <p>(D) da anualidade, segundo o qual as previsões de receitas e despesas devem se referir a um período limitado de tempo, ou seja, período de um ano, denominado exercício financeiro, o qual coincide com o ano civil.</p> <p>(E) da unidade, segundo o qual a elaboração do orçamento anual dispensa a elaboração do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO</p>	
<p>46. De acordo com a Constituição Federal, o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito</p> <p>(A) sobre as receitas e despesas, decorrente de compensações, anistias, consignações em pagamento, depósitos judiciais e benefícios de natureza financeira e tributária.</p> <p>(B) sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza tributária, administrativa e penal.</p> <p>(C) somente sobre as despesas, decorrente de imunidades, anistias, privatizações e subsídios.</p> <p>(D) somente sobre as receitas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, administrativa e penal.</p> <p>(E) sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.</p>	<p>49. A Constituição do Estado de Sergipe dispõe:</p> <p>(A) o Tribunal de Contas do Estado exercerá o controle externo com o auxílio da Assembléia Legislativa.</p> <p>(B) a Assembléia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(C) o Tribunal de Contas do Estado exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(D) a Assembléia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Governador do Estado.</p> <p>(E) a Assembléia Legislativa exercerá o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>50. Sobre empenho de despesa, a Lei nº 4.320/64 afirma que</p> <p>(A) o empenho de despesa é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p> <p>(B) o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas que não se encontram definidas em lei.</p> <p>(C) a despesa poderá ser realizada sem prévio empenho.</p> <p>(D) é permitido adiantamento a servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.</p> <p>(E) o empenho da despesa poderá exceder o limite dos créditos concedidos.</p> <p>51. No que concerne à classificação da receita pública, é correto afirmar que na Lei nº 4.320/64</p> <p>(A) a receita tributária é instituída pelas entidades estatais e autárquicas, compreendendo os impostos, as taxas e as tarifas.</p> <p>(B) são receitas correntes as receitas tributárias, patrimonial, industrial e diversas.</p> <p>(C) são receitas correntes as provenientes de recursos financeiros oriundos de constituição de dívida.</p> <p>(D) são receitas de capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras.</p> <p>(E) são receitas correntes as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos.</p>

<p>52. Ao se referir ao sistema de controle interno dos Poderes do Estado, a Constituição do Estado de Sergipe dá legitimidade a qualquer</p> <p>(A) cidadão, partido político, associação ou sindicato para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(B) cidadão, partido político, associação ou sindicato para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Governador do Estado.</p> <p>(C) cidadão, partido político, associação ou sindicato para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>(D) empresário, partido político, associação ou entidade comercial para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante a Assembléia Legislativa.</p> <p>(E) brasileiro, empresa, associação ou entidade civil para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.</p>	<p>56. Levando-se em conta a classificação das despesas públicas feita pela Lei nº 4.320/64, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) as despesas correntes são as despesas de custeio e as transferências correntes.</p> <p>(B) as despesas de capital são os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de Capital.</p> <p>(C) subvenções são as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.</p> <p>(D) são classificadas como transferências correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.</p> <p>(E) as dotações destinadas a aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização são classificadas como inversões financeiras.</p>
<p>53. De acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre normas gerais de direito financeiro é</p> <p>(A) concorrente, pois as normas gerais serão instituídas pela União, Estados e Distrito Federal, cabendo aos Estados a competência suplementar.</p> <p>(B) concorrente, pois as normas gerais podem ser instituídas pela União, Estados e Municípios, atribuindo-se à União a competência suplementar.</p> <p>(C) privativa dos Estados, excluindo-se a competência suplementar da União.</p> <p>(D) privativa da União.</p> <p>(E) comum, porque as normas gerais podem ser instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p>57. Sobre as receitas públicas, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.</p> <p>(B) taxa é uma receita tributária compulsória, cujo fato gerador decorre de uma obra pública que irá valorizar o patrimônio do particular contribuinte.</p> <p>(C) preço público é uma receita originária, decorrente do patrimônio do estado.</p> <p>(D) contribuição de melhoria é um tributo que decorre de obra pública e de valorização do bem imóvel provocada por tal atividade estatal.</p> <p>(E) tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.</p>
<p>54. A Constituição do Estado de Sergipe dispõe que os Executivos Estadual e Municipais, que tiverem entidades da administração autárquica ou fundacional, apresentarão aos respectivos Legislativos a caracterização do estado das finanças públicas de cada uma de suas entidades,</p> <p>(A) mensalmente.</p> <p>(B) anualmente.</p> <p>(C) semestralmente.</p> <p>(D) trimestralmente.</p> <p>(E) quinzenalmente.</p>	<p>58. Sobre os tipos de orçamento, a Constituição do Estado de Sergipe determina:</p> <p>(A) A lei que instituir o plano plurianual definirá as metas e prioridades da administração pública estadual, detalhando as despesas de capital, e orientando a elaboração da lei orçamentária anual.</p> <p>(B) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital, custeio e outras delas decorrentes.</p> <p>(C) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento da seguridade social.</p> <p>(D) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado.</p> <p>(E) Os planos e programas estaduais, regionais e setoriais previstos na Constituição de Sergipe serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo.</p>
<p>55. Segundo a Constituição do Estado de Sergipe, se o Tribunal de Contas do referido Estado considerar determinada despesa irregular ou que o gasto poderá causar dano irreparável ou grave lesão à economia do Estado,</p> <p>(A) determinará a sustação de tal despesa, utilizando-se de sua competência jurisdicional.</p> <p>(B) proporá ao Tribunal de Justiça do Estado a sua sustação.</p> <p>(C) proporá à Assembléia Legislativa a sua sustação.</p> <p>(D) proporá ao Chefe do Poder Executivo a sua sustação.</p> <p>(E) comunicará o fato Ministério Público Federal, para que o referido órgão tome as providências cabíveis.</p>	<p>59. A Constituição do Estado de Sergipe determina que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas se apresentadas na Comissão</p> <p>(A) de Economia e Finanças.</p> <p>(B) Parlamentar de Inquérito.</p> <p>(C) de Constitucionalidade e Justiça.</p> <p>(D) de Finanças e Justiça.</p> <p>(E) de Justiça e Economia.</p>

<p>60. A Constituição do Estado de Sergipe refere-se ao princípio da não-afetação quando veda a vinculação a órgão, fundo ou despesa, com as ressalvas constitucionais, de receitas provenientes dos seguintes tributos:</p> <p>(A) impostos, taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.</p> <p>(B) empréstimos compulsórios e contribuições sociais.</p> <p>(C) taxas e contribuições de melhoria.</p> <p>(D) contribuições de melhoria, somente.</p> <p>(E) impostos, somente.</p>	<p>64. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio da</p> <p>(A) exclusividade prescreve que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, proibindo inclusive a autorização para a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.</p> <p>(B) programação dispõe que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.</p> <p>(C) universalidade prescreve que somente as rendas e não as despesas dos Poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta devem ser incluídas no orçamento anual geral.</p> <p>(D) anualidade supõe o período de tempo de um ano para a execução do orçamento, sendo que no Brasil esse período de um ano não coincide com o ano civil que vai de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro.</p> <p>(E) legalidade em matéria orçamentária impõe que o plano plurianual, as diretrizes anuais e os orçamentos anuais serão estabelecidos por lei de iniciativa do Congresso Nacional.</p>
<p>61. Com base na Constituição do Estado de Sergipe, pode-se afirmar que o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para instituição e funcionamento de fundos, será objeto de</p> <p>(A) decreto legislativo.</p> <p>(B) lei ordinária.</p> <p>(C) lei complementar.</p> <p>(D) lei delegada.</p> <p>(E) decreto estadual.</p>	<p>65. Sobre o orçamento, NÃO é vedado:</p> <p>(A) a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.</p> <p>(B) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.</p> <p>(C) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.</p> <p>(D) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.</p> <p>(E) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.</p>
<p>62. A respeito das normas gerais em matéria de finanças públicas, é correto afirmar que</p> <p>(A) é de competência de lei federal legislar sobre matéria de finanças públicas municipais.</p> <p>(B) é de competência privativa de lei ordinária dispor sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.</p> <p>(C) após a Emenda Constitucional nº 32, o Executivo está autorizado a editar medida provisória para versar sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamentos e créditos adicionais e suplementares.</p> <p>(D) não é de competência de lei complementar dispor sobre concessão de garantias pelas entidades públicas.</p> <p>(E) compete a lei complementar dispor sobre operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>	<div data-bbox="1027 1619 1283 1648" data-label="Section-Header"> <h3>DIREITO TRIBUTÁRIO</h3> </div> <p>66. Sobre o conceito de tributo, definido no artigo 3º do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que o</p> <p>(A) fato jurídico legalmente definido, com conteúdo econômico, para a exigência de tributo, pode ser qualificado como sanção de ato ilícito.</p> <p>(B) tributo deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente discricionária.</p> <p>(C) tributo pode ser pago por intermédio de prestação de serviço de qualquer natureza.</p> <p>(D) tributo está submetido à reserva legal.</p> <p>(E) tributo é toda prestação pecuniária facultativa.</p>
<p>63. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:</p> <p>(A) o produto de arrecadação de todos os tributos da União recolhidos por esses entes políticos, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(B) apenas o produto de arrecadação dos tributos de sua competência tributária. Isto porque, não há tributo da União que incida sobre qualquer fato gerador tributado por esse ente político.</p> <p>(C) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.</p> <p>(D) vinte por cento do produto da arrecadação das contribuições que a União pode instituir no exercício de sua competência residual.</p> <p>(E) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza incidente no final do exercício.</p>	

<p>67. É correto afirmar sobre os princípios que regem o direito tributário:</p> <p>(A) As contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas devem obedecer ao princípio da anterioridade nonagesimal porque todas as contribuições sociais somente podem ser exigidas após o prazo de noventa dias contados da sua instituição.</p> <p>(B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios só podem exigir tributos recém instituídos ou majorados após os mesmos estarem previstos nos respectivos orçamentos públicos, como prescreve o princípio da anualidade.</p> <p>(C) As pessoas jurídicas de direito público, com personalidade política, podem cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.</p> <p>(D) Segundo a Constituição Federal de 1988, o princípio da estrita legalidade tributária aplica-se aos tributos qualificados constitucionalmente, com exceção dos tributos extrafiscais que, como por exemplo o imposto de importação, podem ter sua alíquota alterada sem a necessidade de lei estabelecendo limites e condições para tal alteração.</p> <p>(E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estão vedados de estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.</p>	<p>70. A respeito das obrigações abaixo, é correto afirmar que</p> <p>(A) a contribuição de melhoria pode ser validamente instituída no caso de obra pública de relevante interesse local, podendo, inclusive, ser cobrada antes mesmo da realização da referida obra.</p> <p>(B) o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbano, somente após a Emenda Constitucional nº 29, pode ser exigido através de alíquotas progressivas desde que o Município possua plano diretor.</p> <p>(C) as taxas são tributos não vinculados, pois tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.</p> <p>(D) o fato gerador dos impostos deve estar vinculado a uma atividade estatal específica.</p> <p>(E) as tarifas não estão submetidas ao regime jurídico tributário.</p>
<p>68. A obrigação tributária é principal e acessória sendo que</p> <p>(A) a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.</p> <p>(B) a obrigação principal sempre deverá ser cumprida (obrigatória), enquanto a obrigação acessória não precisa necessariamente ser cumprida pelo seu caráter puramente facultativo (acessório).</p> <p>(C) a obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária o que não significa que o crédito dela (obrigação) decorrente também será extinto.</p> <p>(D) a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador e este somente definido em norma infralegal.</p> <p>(E) o crédito tributário não decorre da obrigação principal porque não possui a mesma natureza desta.</p>	<p>71. A extinção do crédito tributário ocorre quando</p> <p>(A) do pagamento do tributo independentemente do tipo de lançamento que o mesmo (tributo) está sujeito.</p> <p>(B) da remissão.</p> <p>(C) do depósito do seu montante integral.</p> <p>(D) do parcelamento do débito.</p> <p>(E) da decisão judicial de Tribunal ainda pendente de recurso cujo efeito é meramente devolutivo e não suspensivo.</p>
<p>69. A capacidade ativa do sujeito passivo da obrigação tributária depende</p> <p>(A) da capacidade civil das pessoas naturais.</p> <p>(B) da situação econômica da pessoa jurídica.</p> <p>(C) apenas da pessoa jurídica configurar-se numa unidade econômica ou profissional, sendo irrelevante, para o direito tributário, ela estar regularmente constituída.</p> <p>(D) de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.</p> <p>(E) do discernimento do agente passivo para compreender a extensão do seu ato.</p>	<p>72. A chamada "imunidade recíproca" que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, também é extensiva às</p> <p>(A) fundações mantidas pela iniciativa privada, sem fins lucrativos, abrangendo não só o seu patrimônio, renda ou serviços, mas também todos os fatos que não estejam vinculados a sua atividade fim.</p> <p>(B) sociedades de economia mista e às empresas públicas.</p> <p>(C) pessoas que compõem a Administração Pública Indireta no que se refere exclusivamente ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.</p> <p>(D) autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.</p> <p>(E) concessionárias de serviço público no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com a exploração de sua atividade econômica.</p>

73. Sobre as limitações ao Poder de Tributar:

- I. Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdenciária só poderá ser concedida através de lei específica, federal, estadual ou municipal.
- II. Os Estados poderão instituir empréstimos compulsórios nos casos de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- III. Não é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para os seus agentes.
- IV. Não é vedado aos Estados estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I
- (B) II
- (C) I e II
- (D) II e III
- (E) II e IV

74. A respeito da interpretação e da integração da legislação tributária, é correto afirmar:

- (A) Segundo o CTN não há nenhuma hipótese em que a norma tributária deve ser interpretada de forma literal.
- (B) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado.
- (C) Na ausência de disposição expressa para a interpretação de lei tributária, a autoridade competente poderá utilizar a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- (D) O emprego da analogia não pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei. Já a equidade pode ser aplicada para dispensa de pagamento de tributo devido.
- (E) Não há hipótese que permita que a lei tributária que define infrações possa ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado.

75. A cobrança judicial do crédito tributário

- (A) é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.
- (B) não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.
- (C) é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, havendo, contudo, preferência para os créditos da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e do Município.
- (D) é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, havendo, contudo, preferência na ordem para os créditos da União, dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e do Município.
- (E) não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento, havendo, contudo, concurso de preferência entre as pessoas jurídicas de direito público com base nos valores envolvidos e a necessidade orçamentária entre eles.

DIREITO CIVIL

76. O município "X" instituiu, pela Lei nº 1, que entrou em vigor em 01/01/1990, procedimento administrativo próprio para a demissão de servidores estatutários, onde foi assegurado o prazo de dez (10) dias para a defesa prévia e de vinte (20) dias para as alegações finais. A Lei nº 2, que entrou em vigor em 01/01/1998 alterou os prazos da defesa prévia para cinco (05) dias e das razões finais para dez (10) dias. José estava sendo processado, sendo que apresentou sua defesa prévia na vigência da Lei nº 1, mas para a apresentação das razões finais foi intimado na vigência da Lei nº 2. Seu prazo para apresentação de razões finais será de

- (A) dez (10) dias, porque em razão do efeito imediato da lei nova esta irá atingir as partes posteriores dos processos pendentes.
- (B) quinze (15) dias, porque a lei que encurta prazo deve ser aplicada levando-se em conta a média entre o prazo antigo e o novo.
- (C) vinte (20) dias, em razão da regra que manda preservar o direito adquirido.
- (D) trinta (30) dias, porque a soma dos dois prazos atende à equidade.
- (E) cinco (05) dias, porque tendo a lei nova o objetivo de encurtar os prazos, os processos antigos devem observar o menor tempo possível.

77. José, com dezenove (19) anos de idade, foi nomeado para um cargo de provimento em comissão e Pedro, com a mesma idade, aprovado em concurso público, foi nomeado e entrou imediatamente em exercício no respectivo cargo público. Neste caso, a incapacidade

- (A) cessou para José e Pedro definitivamente.
- (B) cessou para José, enquanto estiver exercendo o cargo para o qual foi nomeado, e para Pedro, definitivamente.
- (C) cessou para Pedro, mas não cessou para José.
- (D) não cessou nem para José, nem para Pedro, salvo se tiverem sido previamente emancipados.
- (E) cessará para José e para Pedro enquanto estiverem no exercício dos respectivos cargos.

78. O princípio geral de Direito "*nemo auditur propriam turpitudinem allegans*" foi incorporado em disposição do Código Civil segundo a qual

- (A) no apreciar a coação, se terá em conta o sexo, a idade, a condição, a saúde, o temperamento do paciente e todas as demais circunstâncias, que lhe possam influir na gravidade.
- (B) os atos de transmissão gratuita de bens, ou remissão de dívida, quando os pratique o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, poderão ser anulados pelos credores quirografários como lesivos dos seus direitos.
- (C) o erro na indicação da pessoa, ou coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o ato, quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- (D) tendo havido intuito de prejudicar a terceiros, ou infringir preceito de lei, nada poderão alegar, ou requerer os contraentes em juízo quanto à simulação do ato, em litígio de um contra o outro, ou contra terceiros.
- (E) nos atos bilaterais o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela se não teria celebrado o contrato.

<p>79. Não se considera ilícito o ato, entretanto, o agente poderá, em alguma circunstância, ser compelido a indenizar a vítima, quando praticá-lo</p> <p>(A) no exercício regular de um direito. (B) em legítima defesa. (C) com imprudência ou imperícia. (D) com negligência. (E) em estado de necessidade.</p>	<p>84. Dispondo o artigo 175 do Código Civil que "a prescrição não se interrompe com a citação nula por vício de forma, por circunduta, ou por se achar perempta a instância, ou a ação", significa que a prescrição não se terá por interrompida</p> <p>(A) se ordenada a citação por Juiz incompetente. (B) se o processo for extinto sem apreciação do mérito, em razão de inércia do autor, que deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam, abandonando-o por mais de trinta dias. (C) se houver extinção do processo com julgamento do mérito. (D) se o processo vier a ser suspenso por convenção das partes. (E) se o autor não comparecer à audiência para prestar depoimento pessoal.</p>
<p>80. São pessoas jurídicas de Direito privado</p> <p>(A) as sociedades de economia mista e as autarquias. (B) os partidos políticos e as empresas públicas. (C) as fundações e o Distrito Federal. (D) somente as pessoas jurídicas mercantis. (E) o condomínio em edificações e a sociedade de fato.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>85. Estabelecendo a Constituição Federal que "ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente" (art. 5º, LIII), está consagrado o princípio</p> <p>(A) do devido processo legal. (B) da legalidade em matéria processual. (C) da ampla defesa em todos os processos. (D) do Juiz natural. (E) da inafastabilidade da apreciação judiciária.</p>
<p>81. O princípio da relatividade dos efeitos dos contratos significa que</p> <p>(A) se produzem exclusivamente entre as partes e por isto não aproveitam nem prejudicam terceiros. (B) o Poder Judiciário não pode alterar cláusulas contratuais. (C) deve ser preservada a equação econômica do contrato, sob pena de nulidade. (D) sempre deve aplicar-se a teoria da imprevisão. (E) a autonomia da vontade está limitada pelas disposições legais.</p>	<p>86. Para atender ao princípio do contraditório, é indispensável a citação que é definida como o ato pelo qual</p> <p>(A) se chama a juízo o réu ou o interessado a fim de se defender. (B) se comunicam os atos processuais para manifestação do réu. (C) se dá a conhecer ao réu a intenção do autor de receber seu crédito nas ações patrimoniais. (D) o réu é chamado a comparecer à audiência, para tomar ciência da petição inicial nos procedimentos sumários. (E) se formaliza a interpelação do réu, a fim de colocá-lo em mora e interromper a prescrição.</p>
<p>82. José, agricultor, comprometeu-se, em 30 de dezembro de 2000, a vender toda safra de trigo, ao moinho "X", no dia 30 de maio de 2001, sob a condição de o preço do trigo, até aquela data, atingir determinado valor. Verificando que o preço do trigo somente caía, resolveu vender, em 28 de fevereiro de 2001, o produto para o moinho "Y". Deu-se, todavia, que, inesperadamente, em 30 de maio, o preço do trigo atingiu o valor ajustado entre José e o moinho "X", que exigiu a entrega do produto. Não tendo isto sido possível, o moinho "X" exigiu indenização, a que</p> <p>(A) não tem direito, porque, subordinando-se a eficácia do ato a condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa. (B) não tem direito, porque José celebrou, apenas, um contrato preliminar, que não obriga as partes. (C) tem direito porque, se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis. (D) terá direito pela metade dos prejuízos apenas, pois o risco era de ambas as partes. (E) terá direito a receber o preço do trigo em dobro, porque, neste caso, o encargo acordado de o vendedor guardar o bem até a data aprazada não suspendeu a aquisição nem o exercício do direito pelo comprador.</p>	<p>87. É correto afirmar que nos procedimentos de jurisdição voluntária,</p> <p>(A) sempre o Juiz pode ter a iniciativa de instauração do processo. (B) o Ministério Público não pode provocar o início do procedimento, cabendo-lhe intervir apenas como fiscal da lei. (C) o Juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais conveniente ou oportuna. (D) sempre haverá lide, exceto se os interessados tiverem o mesmo advogado. (E) não cabe recurso de apelação.</p>
<p>83. Entram na classificação de bens consumíveis</p> <p>(A) todos os que também forem tangíveis. (B) todos os que também forem fungíveis. (C) somente os móveis cujo uso importar destruição imediata ou paulatina da própria substância. (D) todos os móveis que integrarem uma universalidade. (E) os móveis destinados a alienação.</p>	

<p>88. Em ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação positiva e líquida mas sem prazo, a falta de interpelação, notificação ou protesto, acarreta</p> <p>(A) a improcedência da ação.</p> <p>(B) a extinção do processo sem apreciação do mérito por carência da ação.</p> <p>(C) o indeferimento da petição inicial por inépcia.</p> <p>(D) a suspensão do processo pelo prazo que o Juiz fixar para o autor suprir a omissão.</p> <p>(E) a conversão do processo em medida cautelar de interpelação, notificação ou protesto, em razão do princípio da instrumentalidade do processo.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>92. O conflito aparente de normas pode ser solucionado pela aplicação dos princípios da</p> <p>(A) especialidade, da subsidiariedade e da fragmentariedade.</p> <p>(B) tipicidade, da consunção e da subsidiariedade.</p> <p>(C) consunção, da especialidade e da subsidiariedade.</p> <p>(D) especialidade, da consunção e da fragmentariedade.</p> <p>(E) consunção, da especialidade e da tipicidade.</p>
<p>89. A regra do artigo 6º do Código de Processo Civil, segundo a qual, "ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei", se refere à figura do</p> <p>(A) representante processual.</p> <p>(B) curador de ausentes.</p> <p>(C) litisconsorte necessário.</p> <p>(D) advogado da parte que for incapaz.</p> <p>(E) substituto processual.</p>	<p>93. Excluem a imputabilidade</p> <p>(A) a embriaguez accidental completa e a coação irresistível.</p> <p>(B) a obediência hierárquica e o desenvolvimento mental incompleto.</p> <p>(C) o estado de necessidade exculpante e a embriaguez patológica completa.</p> <p>(D) a menoridade e a doença mental.</p> <p>(E) o erro sobre a ilicitude do fato e a emoção.</p>
<p>90. No procedimento sumário, a pretensão do réu contra o autor fundada nos mesmos fatos referidos na inicial, será deduzida</p> <p>(A) por exceção, autuada em apenso.</p> <p>(B) em reconvenção.</p> <p>(C) somente mediante outra ação conexa distribuída por dependência.</p> <p>(D) na contestação.</p> <p>(E) mediante agravo retido, sobre o qual o Juiz decidirá na sentença.</p>	<p>94. NÃO admitem a tentativa os crimes</p> <p>(A) culposos e as contravenções penais.</p> <p>(B) materiais e os culposos.</p> <p>(C) comissivos e as contravenções penais.</p> <p>(D) materiais e os comissivos.</p> <p>(E) materiais e as contravenções penais.</p>
<p>91. A fungibilidade das ações possessórias significa que</p> <p>(A) ajuizada ação de reintegração de posse, o Juiz pode julgá-la como se se tratasse de ação reivindicatória, caso o autor também seja titular do domínio.</p> <p>(B) inexistente distinção entre ação possessória e ação petitória.</p> <p>(C) o autor não precisa alegar a causa de pedir, bastando formular o pedido.</p> <p>(D) a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o Juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.</p> <p>(E) o autor não precisa formular pedido, porque, segundo a narrativa dos fatos, o Juiz proferirá sentença reintegrando-o, ou mantendo-o na posse ou ainda expedindo mandado proibitório.</p>	<p>95. Na culpa consciente, o agente</p> <p>(A) não prevê o resultado, embora este seja previsível.</p> <p>(B) prevê e quer o resultado, atuando, porém, em erro do tipo inescusável.</p> <p>(C) aceita o risco de produzir o resultado.</p> <p>(D) não prevê o resultado, nem assume o risco de produzi-lo.</p> <p>(E) prevê o resultado, mas espera que este não aconteça.</p> <p>96. Na legítima defesa,</p> <p>(A) a agressão sempre deve ser atual.</p> <p>(B) o agente responderá pelo excesso, ainda que culposos.</p> <p>(C) a agressão deve ocorrer a direito próprio.</p> <p>(D) é necessária a utilização dos meios necessários, mesmo que imoderadamente.</p> <p>(E) a agressão não precisa ser injusta.</p>

<p>97. A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso</p> <p>(A) extingue a punibilidade.</p> <p>(B) exclui a imputabilidade.</p> <p>(C) afasta a ilicitude.</p> <p>(D) atinge a culpabilidade.</p> <p>(E) é causa de perdão judicial.</p>	
<p>98. A perda de função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a</p> <p>(A) quatro anos, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p> <p>(B) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p> <p>(C) quatro anos, apenas nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p> <p>(D) um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, independentemente de motivação na sentença.</p> <p>(E) um ano, para qualquer crime, desde que a sentença apresente a necessária motivação.</p>	
<p>99. Para efeitos penais, considera-se funcionário público</p> <p>(A) apenas quem exerce cargo ou emprego público.</p> <p>(B) apenas quem exerce cargo ou função pública</p> <p>(C) apenas quem exerce emprego ou função pública.</p> <p>(D) quem exerce cargo, emprego ou função pública, desde que efetivos.</p> <p>(E) quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que sem remuneração.</p>	
<p>100. Aquele que obtém vantagem para si, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função, pratica o crime de</p> <p>(A) condescendência criminosa.</p> <p>(B) advocacia administrativa.</p> <p>(C) tráfico de influência.</p> <p>(D) exploração de prestígio.</p> <p>(E) corrupção ativa.</p>	